



Gustavo Prieto, Geógrafo

Doutor pela Universidade de São Paulo (USP)

1º colocado no Concurso Público nº 252-3/2017 da Unifesp.

TEMA: Economia Política da Urbanização.

Resultado homologado em sessão do Conselho Universitário no dia 8/11/2017.

Pode se apresentar brevemente, contando sua trajetória acadêmica e profissional?

Eu sou carioca do bairro de Guaratiba, periferia da cidade do Rio de Janeiro, atravessada por processos simultâneos de favelização e especulação imobiliária, um fragmento da cidade que até hoje vive a transição entre o rural e o urbano. Lugar no qual aprendi a necessidade de entender as contradições da sociedade e dos processos de urbanização e a lutar por um mundo mais justo.

Eu realizei toda minha formação acadêmica em escolas e universidades públicas e sou geógrafo formado pela Universidade Federal Fluminense, com mestrado e doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Também realizei estágio de pesquisa no exterior, na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, em Paris.

Ainda na graduação em Geografia estudei processos de regularização fundiária e urbanização de favelas na metrópole do Rio de Janeiro. No mestrado, desdobrei essas discussões para o entendimento da segregação como condição do processo de produção social do espaço, a partir do estudo sobre o abastecimento de água em um complexo de onze favelas na periferia metropolitana fluminense (nos bairros de Paciência e Santa Cruz) em articulação com os movimentos sociais e sujeitos privados desse direito essencial para uma vida digna. A dissertação evidenciou a precariedade, a

ineficiência e a intermitência dos serviços públicos em favelas da periferia e a reprodução do abastecimento de água como um serviço escasso, caro e precário para os moradores.

A questão da impossibilidade do acesso à terra e à moradia na periferia me mobilizou a discutir, no doutorado, a formação da propriedade privada da terra no Brasil. Minha tese analisou a apropriação privada das terras públicas brasileiras como forma de reprodução do poder político, territorial e econômico das classes dominantes na história brasileira.

Essas discussões acadêmicas reverberam em minha prática profissional como professor da escola básica e no compromisso social com a luta dos movimentos sociais urbanos e rurais, que se deparam cotidianamente com a negação ao direito à cidade e a escorchante grilagem de terras no Brasil. Pude também desdobrar brevemente tal problemática na retomada da discussão sobre os fundamentos do coronelismo contemporâneo a partir da realidade nordestina como professor da área de Geografia Regional na Universidade Federal da Bahia.

Como você se interessou em ser professor no Campus Zona Leste da Unifesp e o que vê de potencial no Projeto Político Pedagógico do Instituto das Cidades?

O meu interesse pela docência no Instituto das Cidades veio, inicialmente, da possibilidade ímpar de contribuir com a construção de um novo campus na Zona Leste da metrópole paulistana, campus este fruto da luta histórica dos movimentos sociais da região por uma universidade pública, gratuita, crítica e socialmente referenciada.

Estou motivado com o desafio docente diante das possibilidades colocadas pelo Projeto Político-Pedagógico do Instituto das Cidades: no que tange à interdisciplinaridade como fundamento da práxis universitária, a indissociabilidade entre teoria e prática no tripé ensino-pesquisa-extensão, o foco prioritário de ação na problemática urbana com temáticas norteadoras sobre a segregação sócio-espacial, o questionamento dos fundamentos da concentração fundiária urbana, por fim, as (im)possibilidades para que o “urbano” chegue a parcelas cada vez mais expressivas da classe trabalhadora.

Em linhas gerais, qual a proposta de ensino, pesquisa e extensão que você apresentou no concurso? No que ela poderá colaborar com o Instituto e com a Zona Leste?

A hipótese do projeto de ensino-pesquisa-extensão que apresentei fundamenta-se no reconhecimento de que, na metrópole paulistana no século XXI, ocorre uma radicalização do chamado “empresariamento urbano”, no qual se institui não apenas a privatização de fragmentos do espaço, mas a venda da cidade como forma de realização da política urbana. Assim, os novos conteúdos da gestão urbana contemporânea da Prefeitura de São Paulo manifestam-se numa administração

municipal que se apresenta como uma gestão de ativos urbanos e num avassalador empresariamento do aparelho do Estado, concebendo a cidade como um negócio urbano mundializado e vendendo-a como uma empresa financeira e imobiliária.

A base do processo de privatização da cidade envolve a disponibilização de terras públicas e estatais. É fundamental refletir sobre a formação da propriedade privada paulistana e sobretudo sobre as estratégias de apropriação privada de terras por empreendedores imobiliários, empresas e proprietários de terra que a partir da arcaica grilagem de terra urbana tem a possibilidade de se apropriar de renda fundiária e lucrar com a estratégias modernas de especulação imobiliária.

Compreendo que a urbanização paulistana revela-se em um processo de concentração fundiária permanente, privação do espaço urbano para as maiorias e negação sistemática do direito à cidade. Assim, o projeto pretende realizar um acompanhamento, levantamento e mapeamento das tentativas de processos de privatização do patrimônio público e estatal da cidade, a compreensão das estratégias de grilagem de terra urbana na metrópole e a reflexão sobre os novos conteúdos do empresariamento urbano, da recombinação entre atraso e moderno, em tempos de aprofundamento da crise urbana. Espero assim contribuir para a articulação entre ensino-pesquisa-extensão com a formação ampla e interdisciplinar de universitários críticos, com dados e informações que podem auxiliar movimentos sociais e comunidades na luta por seus direitos, com um entendimento mais amplo sobre a formação da propriedade privada da terra urbana.

Temos agora um enorme desafio de continuar a implantação desse Campus num contexto adverso à expansão da universidade pública. Como vê essa situação e como podemos fazer frente à ela?

Sem dúvida vivemos no mundo e no Brasil um novo momento de “barbárie”, em um contexto político renovadamente neoliberal e conservador, em que forças do mercado e do atraso se re combinam, com a supressão de direitos sociais conquistados pela luta histórica dos movimentos sociais no campo e na cidade. A universidade pública está sendo atingida com profundos cortes orçamentários, precarização das condições de trabalho docente e bloqueios as fundamentais políticas de permanência estudantil. Penso que as dificuldades serão enormes. Entretanto, é a partir da práxis que poderemos construir conjuntamente o Instituto das Cidades, visto que é na articulação com a comunidade do entorno, com os movimentos sociais e com a pressão junto ao aparelho do Estado que realizaremos uma parte da utopia de construção de um campus de referência numa região em que a universidade pública se faz tão necessária. Simultaneamente, penso que o momento é também de contribuir em todas as frentes ocupando com pensamento crítico, articulação política e trabalho interdisciplinar o Instituto das Cidades, divulgando ações e tecendo redes para que possamos instituir na prática a conquista já iniciada de uma universidade crítica e popular na Zona Leste paulistana.

